

# Inclusão de alunos surdos: uma proposta de educação bilíngue em escola pública do município de Niterói/RJ

**Resumo:** este trabalho é resultado de pesquisa de mestrado/UFF, realizada na Escola Municipal Paulo Freire, Niterói/RJ, tendo como objeto de estudo seu projeto de educação bilíngue/bicultural para alunos surdos, considerando os seguintes objetivos: caracterizar o Projeto de Educação Bilíngue para alunos surdos na Escola Municipal Paulo Freire/Niterói, no que se refere às concepções político-filosóficas para educação de alunos surdos; à organização pedagógica; às dinâmicas relacionais vividas no processo de inclusão e os desafios postos aos profissionais da escola na educação de alunos surdos; à centralidade da Língua Brasileira de Sinais /Libras na aquisição, construção do conhecimento e na comunicação entre surdos e ouvintes. Foi adotada a teoria crítica como suporte teórico-metodológico, com ênfase no pensamento de Adorno quanto aos aspectos democráticos da Educação, considerando a escola como lugar de reflexão e crítica às ações de dominação cultural, visando não permitir sua reprodução. Foi considerado o pensamento de Skliar quanto às singularidades da língua e cultura surda, assim como o bilinguismo, como opção teórico-metodológica de atendimento às demandas dos surdos e de sua formação com base na Libras e língua portuguesa. Quanto ao material e procedimentos de coleta de dados, foram realizadas observações no cotidiano escolar; análise documental; aplicação de questionários e entrevista semiestruturada, além da análise de documentos que fundamentam o projeto estudado. Os resultados revelaram tanto os desafios enfrentados pela escola como as conquistas em prol da educação democrática e inclusiva para alunos surdos, respeitando suas singularidades referentes à língua, identidade e cultura como fundamentais em sua formação.

**Rosana Maria do Prado**  
Doutoranda em Educação pela  
Universidade Federal Fluminense

**Palavras-chaves:** Educação bilíngue; Alunos surdos; Inclusão escolar.

## Introdução

Atualmente, as Políticas Públicas de Educação Especial no Brasil assumiram a orientação inclusiva, na perspectiva de uma educação democrática que atenda à realização humana. Na direção de que é a escola o lugar privilegiado para a democratização do saber, Adorno (2006, p. 169) destaca a urgência de emancipação para a concretização de uma educação democrática, afirmando que:

A exigência de emancipação parece ser evidente em uma democracia. [...] A democracia repousa na vontade de cada um em particular, tal como ela se sintetiza na instituição das eleições representativas. Para evitar um resultado irracional é preciso pressupor a aptidão e a coragem em cada um em se servir de seu próprio entendimento.

Nesse sentido, uma escola que se proponha democrática demanda a formação de indivíduos para emancipação, e Adorno (2006) alerta para a necessidade de esclarecimento dos indivíduos em direção da formação para autonomia. Mas, como proporcionar a formação de indivíduos autônomos sem pensar em sua singularidade? No caso de indivíduos surdos, não é possível pensar em educação democrática sem considerar a necessidade e demandas relativas à sua língua, formação de identidade e cultura surda.

Quadros (2008), a partir de uma perspectiva bilíngue de educação de surdos, defende que as línguas de sinais se constituem em fator de extrema importância para o desenvolvimento destes alunos. Como verificado na Lei Federal n.º 10.436, de 24/04/2002, referida por Karnopp (THOMA ; LOPES, 2005, p. 104):

#### O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras, a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com gramática própria, constitui em um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e em empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Assim, com base na legislação em vigor, considera-se a Libras como a língua natural oficial das comunidades surdas brasileiras e concordamos com Goldfeld (2002) ao afirmar que as línguas naturais exercem a função não apenas de possibilitar a comunicação, mas também a de permitir ao indivíduo desenvolver o instrumental chamado linguagem. É através deste instrumental que o ser humano desenvolve as capacidades de utilizar as funções organizadora e planejadora do pensamento. A linguagem só pode se

desenvolver com a aquisição de uma língua natural, ou seja, sem linguagem não há desenvolvimento cognitivo, emocional e nem afetivo. Todo indivíduo desenvolve uma linguagem em interação com o meio no qual está inserido. Assim, os surdos precisam conviver com outros usuários naturais da língua de sinais para que possam adquiri-la naturalmente, utilizando-a como principal instrumento de construção do pensamento.

Portanto, considerando a importância da língua de sinais na escolarização de alunos surdos, Skliar (2005, p. 26) destaca que:

O sentido que dou a uma educação e a uma escola possível se refere à criação de políticas linguísticas, de identidade, comunitárias e culturais, pensadas a partir do que os outros, os surdos, se representam como possível e do modo como os outros, os surdos, reconstroem o próprio processo de educação.

Dessa maneira, o referido autor afirma a necessidade da educação de indivíduos surdos atender sua singularidade e para a importância de participação da comunidade surda em seu processo histórico e cultural. Ainda a esse respeito, Skliar (2005, p. 27) acrescenta que:

Além das crianças surdas possuírem a potencialidade da aquisição da língua de sinais, elas têm o direito de se desenvolverem numa comunidade de pares, e de construir estratégias de identificação no marco de um processo sócio-histórico não fragmentado e nem cerceado.

Considerando a afirmativa de Skliar, surge o questionamento: crianças surdas têm oportunidade de se desenvolverem em uma comunidade de pares? Como essas crianças constroem estratégias de identificação com o processo histórico-cultural em que estão inseridas, se não expostas a uma língua gestual visual? Que orientação as escolas públicas têm assumido nesse sentido?

Considerando o apresentado até então, é possível afirmar a importância da aquisição de uma língua de sinais, o mais cedo possível, pelos indivíduos surdos. Como a maioria desses indivíduos nasce em famílias de ouvintes, que pouco conhecem as comunidades ou instituições de surdos, configura-se a necessidade da escola estabelecer compromisso com um ambiente favorável à aquisição dessa língua. Alunos surdos dificilmente terão condições para a

construção de conhecimentos na escola se não dispuserem de uma língua que lhes favoreça a constituição do pensamento.

Portanto, este estudo considerou a demanda que os indivíduos surdos têm de serem educados em sua língua natural e considerou os diversos aspectos na afirmação do acesso dos alunos surdos à sua língua natural e seu desenvolvimento educacional e social.

Na perspectiva de respeito à cultura, à língua, à identidade surda e com a intenção de qualificar a educação para alunos surdos, é recomendável pensar na maneira como se estrutura uma escola inclusiva, pressupondo-se que uma educação de qualidade seja oferecida a todos, considerando as diferenças como não sendo exceção. Os princípios da escola inclusiva não se reduzem aos alunos com deficiência, mas antes como uma escola para todos os alunos ao considerar suas singularidades e necessidades educacionais. Então, a escola pode ser um espaço de diversidade humana, cultural, social e não somente de preparo para a produção.

Muito mais do que uma nova proposta educacional, segundo Glat (2007), a educação inclusiva pode ser considerada como uma outra cultura escolar. Essa concepção de escola surge com a intenção de encontrar respostas educativas que atendam às necessidades de todos, por meio da reestruturação de todos seus aspectos constitutivos. Quanto a isso, Glat (2007, p. 16) destaca que:

Para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, e rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem. Precisa realimentar, sua estrutura, organização, seu projeto político-pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas.

Nesse sentido, é importante ressaltar que para haver uma educação democrática, a escola precisa ser mais do que um espaço de convivência. Mas, sim o lugar onde esses alunos tenham acesso aos saberes valorizados socialmente e em condições de adquiri-los considerando-se suas diferenças cognitivas, físicas, sensoriais, sociais e culturais.

Não se pode pensar a educação de surdos com soluções simplistas. Não basta que o indivíduo esteja na escola. É preciso que lhe sejam oferecidas oportunidades de construir saber, identidade e cultura para que não seja apenas alguém adaptado à sociedade,

mas sim sujeito construtor de si mesmo e participe da sociedade. Para isso, vale destacar Felipe (2006, p. 33) ao afirmar que:

Esse processo de inclusão não pode ser simplesmente incluir alunos surdos com alunos ouvintes nas salas regulares, como está ocorrendo na maioria das escolas públicas, porque os surdos têm o direito a um ensino-aprendizado diferenciado que atenda suas necessidades educativas específicas e estas não estão sendo consideradas nas escolas de e para ouvintes.

As escolas dos sistemas municipais, estaduais e federais dispõem de poucos recursos humanos e pedagógicos para atender à demanda educacional dos alunos surdos. E esses alunos, muitas vezes, ficam sujeitos a organizações escolares que não atendem à sua singularidade. Apesar de tal realidade, foi nesse contexto, que em 2004, foi inaugurada a Escola Municipal Paulo Freire/Niterói, com a responsabilidade de receber 1.105 alunos, sendo 20 surdos e 32 com outras deficiências.

Para atender aos alunos surdos, se fez necessária a estruturação de um projeto com diretrizes filosóficas, pedagógicas, metodológicas e sociais. Nesse sentido, a Fundação Municipal de Niterói/RJ, com intenção de afirmar uma educação inclusiva/democrática, elaborou o Projeto de Educação Bilíngue/bicultural, com a intenção de garantir a inclusão dos alunos surdos na escola regular, por intermédio da afirmação da Lei Federal n.º 10.436, de 24/04/2002, quanto ao atendimento das especificidades relativas à sua língua e cultura.

A educação de surdos, na perspectiva bilíngue, situa-se em contexto de acesso a uma língua natural. Mas também na garantia de ressignificação do ambiente escolar de maneira que os alunos surdos possam participar não apenas por terem acesso a uma língua de sinais, mas que sejam considerados pertencentes a uma cultura, própria da comunidade surda, o que para Quadros (2008, p. 28):

Uma proposta educacional, além de ser bilíngue, deve ser bicultural para permitir o acesso rápido e natural da criança surda à comunidade ouvinte e para fazer com que ela se reconheça como parte de uma comunidade surda. Isso somente será possível quando os educadores e surdos trabalharem juntos.

Foi considerando essas questões que ocorreu a implementação do Projeto de Educação Bilíngue na Escola Municipal Paulo Freire.

Essa experiência vem se constituindo um enfrentamento para oportunizar a inclusão de alunos surdos no Município de Niterói/RJ e muitas foram às demandas e os investimentos que surgiram cotidianamente em sua consolidação.

Desta maneira, surgiu a necessidade de um estudo que questionasse e avaliasse tal Projeto e seus efeitos sobre a comunidade escolar. Assim, como nas demais esferas sociais, a escola está atrelada a uma lógica social excludente, alimentada pela sociedade de classes. Pensar em uma educação democrática requer enfrentamentos. Pois, de acordo com Dorziat (2009, p. 69) “Incluir é, necessariamente, proporcionar o enriquecimento humano, por meio da aproximação de culturas e de diferentes expressões do pensamento”.

De acordo com Skliar (2005) a surdez é muito mais uma questão linguística e cultural do que propriamente ligada à deficiência. As necessidades especiais do aluno surdo referem-se, principalmente, à comunicação e compreensão de como se estabelece a aquisição de conhecimentos e desenvolvimento cognitivo. Pois, como destaca Wrigley (apud QUADROS, 2005, p. 33) “Contrário ao modo como muitos definem a surdez – isto é, como um impedimento auditivo – pessoas surdas definem-se em termos culturais e lingüísticos”. Sendo assim, a educação de alunos surdos não deve ser considerada pela ótica da deficiência, e sim da diferença linguística e cultural.

## Os objetivos

Este estudo avaliou o processo de inclusão e de organização pedagógica da educação de surdos na Escola Municipal Paulo Freire/ Niterói, considerando os elementos que apoiam a educação para alunos surdos na escola com base no pensamento de Adorno e Skliar, e para tal foram estabelecidos os objetivos, a seguir:

Caracterizar o Projeto de Educação Bilíngue para alunos surdos na Escola Municipal Paulo Freire/Niterói, no que se refere:

- Às concepções político-filosóficas para educação de alunos surdos;
- À organização pedagógica;
- Às dinâmicas relacionais vividas no processo de inclusão e os desafios postos aos profissionais da escola na educação de alunos surdos;

- À centralidade da Língua Brasileira de Sinais/Libras na aquisição, construção do conhecimento dos alunos surdos e na comunicação entre surdos e ouvintes.

Portanto, ao se problematizar a educação de alunos surdos na Escola Municipal Paulo Freire/Niterói, tendo o Projeto de Educação Bilíngue para alunos surdos como objeto de estudo, esta dissertação pode contribuir no entendimento de como vem ocorrendo o processo de inclusão de alunos surdos na escola pública. Como também admitir as possibilidades de democratização da educação de alunos surdos ao considerar as questões relativas à língua, identidade e cultura surda.

### Referencial Teórico-metodológico

Este estudo teve como suporte teórico-metodológico o pensamento de Theodor W. Adorno, representante da teoria crítica<sup>1</sup> da sociedade, e Carlos Skliar, no que se refere às abordagens político-filosóficas referentes à educação de alunos surdos, como suporte teórico-metodológico de análise e compreensão das questões e objetivos propostos para este estudo.

Foi considerado o pensamento de Adorno, no que se refere à Teoria Crítica da Sociedade no sentido de um processo educacional democrático. Essa teoria foi adotada, considerando a escola como lugar de autocrítica do esclarecimento e de visualização das ações de dominação cultural, visando não permitir a reprodução da dominação. Para tal, a educação é considerada como movimento capaz de constituir uma sociedade com respeito às diferenças na formação dos indivíduos autônomos e emancipados, capazes de nela atuarem criticamente.

Pensou-se também na inclusão de alunos surdos com base no pensamento de Skliar, na perspectiva de uma educação que respeite as singularidades referentes à língua e cultura próprias da comunidade surda. Para tal, foi considerado o bilinguismo como opção metodológica no atendimento às demandas dos alunos surdos, considerando sua formação com base na língua de sinais, como primeira língua e a língua portuguesa escrita, como segunda língua.

(1) A Teoria Crítica da Sociedade teve seu início definido a partir de um ensaio-manifesto, publicado por Max Horkheimer, em 1937, intitulado Teoria Tradicional e Teoria Crítica. Sua construção como teoria é autocrítica por definição. A Teoria Crítica é associada à Escola de Frankfurt. Disponível no site: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 2 fev. 2010.

Este estudo se desenvolveu na Escola Municipal Paulo Freire/ Niterói/RJ, criada no dia 6 de Janeiro de 2004, pelo decreto n.º 9.180/2004 e escolhida para receber as turmas bilíngues para surdos por ser uma unidade escolar que ainda seria estruturada não apenas em termos físicos, mas também pedagógicos, além de dispor de instalações físicas, localização e presença de profissionais para abraçar o desafio de uma educação inclusiva para alunos surdos.

No que se refere ao material e aos procedimentos de coleta de dados, foram realizadas observações no cotidiano escolar, análise documental e aplicação de questionário focando questões quanto à inclusão de alunos surdos e à organização pedagógica do Projeto de Educação Bilíngue para alunos surdos.

A observação no cotidiano escolar aconteceu durante os dois anos nos quais se realizou este estudo. As situações cotidianas se configuraram como valiosas fontes de pesquisa, uma vez que não sendo programadas, tenderam a revelar a realidade de maneira autêntica e verdadeira. A análise documental foi realizada por leitura e análise de documentos cedidos pela direção da escola. O questionário foi enviado e recebido por correio eletrônico e privilegiou quatro eixos básicos, a seguir: a) a inclusão; b) o projeto bilíngue bicultural para alunos surdos; c) as dinâmicas relacionais; d) língua, cultura e identidade surda.

Os sujeitos deste estudo foram definidos por sorteio, assim distribuídos: 2 instrutores surdos do total de 4; 2 professoras de sala de recursos do total de 5; 2 professores bilíngues, atuantes em turmas de alunos surdos, do total de 6; e 2 profissionais da Equipe de Articulação Pedagógica (diretora e supervisora) do total de 6. Verificou-se que os profissionais se mostram com idades variadas; sendo a maioria do sexo feminino, com formação de nível superior e a metade dos sujeitos com curso de pós-graduação em educação. A metade dos profissionais tem entre três e oito anos de experiência na área de educação de surdos; enquanto a outra metade com mais de 10 anos de experiência. Os dados revelam que os profissionais têm formação profissional e experiência no magistério, indicador de busca de alternativas e estratégias na inclusão de alunos surdos.

Foi realizada, também, entrevista semiestruturada com a Coordenadora de Educação Especial/FME, no que se refere ao surgimento da demanda relativa à inclusão de alunos surdos no

Município de Niterói, assim como à implementação do referido projeto, suas linhas de atuação e fundamentação teórico-documental.

## Desenvolvimento

Durante a revisão de literatura foram estudadas obras de diversos autores e documentos referentes à educação especial e de surdos, considerando a segregação histórica imposta aos indivíduos com deficiência. Atualmente, os sistemas educacionais enfatizam a educação inclusiva como capaz de promover o desenvolvimento dos indivíduos com deficiência, fortalecendo assim o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, proclamados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. (ONU, 1948)

No entanto, como documentos e discursos não são suficientes na efetivação da democracia, as análises e críticas reflexivas ao longo deste estudo permitem questionar as práticas de inclusão de alunos surdos com base nas observações no cotidiano escolar e entrevistas com os profissionais da escola. Assim, em consonância com os objetivos propostos sob a perspectiva do referencial teórico que fundamentou este estudo, percebeu-se que a presença de profissionais comprometidos, a participação de surdos adultos no contexto escolar e a organização pedagógica para atender alunos com deficiência, se constituíram em ambiente fértil para a efetivação da educação inclusiva na escola estudada.

A educação inclusiva, na Escola Municipal Paulo Freire, ocorre segundo as orientações de documentos internacionais, como a Declaração de Salamanca e suas Linhas de Ação (1994), a legislação nacional, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e a regulamentação municipal (Portarias n<sup>o</sup>s 239/2001 e 407/2003), sob orientação da Coordenação de Educação Especial/FME. Para tal, foram consideradas alternativas de interações positivas entre surdos e ouvintes, considerando que incluir indivíduos surdos não significa colocá-los simplesmente em convívio com a comunidade. Faz-se necessário disponibilizar-lhes a língua que lhes sirva de instrução e interação com o meio do qual são constituintes.

Atualmente, com base em documento histórico, a Escola Municipal Paulo Freire tem um total de 942 alunos, sendo 120 com alguma deficiência. Nesse quantitativo, 64 são alunos surdos. Para acompanhar e dar suporte pedagógico aos alunos com deficiência, a escola conta com uma equipe de sala de recursos composta

por cinco professoras especializadas, além de turmas inclusivas, turmas bilíngues para surdos, agentes educacionais surdos, intérpretes, professores bilíngues para surdos, professores de apoio e acompanhamento da Coordenação de Educação Inclusiva da FME.

Durante a elaboração deste estudo, ao se afirmar as possibilidades da educação inclusiva para indivíduos surdos, foi possível entender a Escola Municipal Paulo Freire/Niterói como uma escola pública, na qual os profissionais envolvidos com a educação de surdos buscam a ressignificação do contexto e da estrutura escolar em diálogo com a comunidade surda e com respeito às suas singularidades linguísticas e culturais.

Quanto ao direcionamento político-filosófico, observou-se que existe uma preocupação dos profissionais em atender às demandas relativas à língua e cultura própria da comunidade surda. Além disso, registrou-se constante preocupação com a formação de profissionais para atuarem com alunos surdos e viabilização de oportunidades internas para formação em serviço. Uma vez que a educação de indivíduos surdos demanda uma reestruturação linguística e cultural, encontrar profissionais com proficiência na língua de sinais e conhecimento sobre a estruturação do pensamento de indivíduos surdos, se configurou como desafio para a escola estudada.

Outro aspecto apresentado foi a pouca participação dos pais no processo escolar de seus filhos surdos. De acordo com relato dos profissionais da escola, a maioria das famílias não domina a língua de sinais, própria de seus filhos surdos, acarretando comunicação limitada entre pais ouvintes e filhos surdos. Porém, ainda não foram implementadas pela escola ações que pudessem refletir e modificar essa realidade. Nesse sentido, é importante que a escola se comprometa com a formação das famílias dos alunos surdos.

Do ponto de vista pedagógico, a organização da escola evidencia a implementação de propostas pedagógicas em respeito às singularidades dos indivíduos que a constituem. No entanto, na oferta de diversas possibilidades de atendimento aos alunos com deficiência, constatou-se a existência de uma organização ambígua quanto à educação dos alunos surdos. Na escola estudada, embora a maioria dos alunos com deficiência esteja incluída em turmas regulares, percebeu-se que os alunos surdos estão em turmas especiais (denominadas turmas bilíngues), onde a convivência em sala de aula acontece apenas entre alunos surdos.

De acordo com informações obtidas na escola, as turmas bilíngues podem ser compostas por até 12 alunos surdos, e contam com a presença de um professor bilíngue, que pode ser surdo ou ouvinte, e um instrutor de LIBRAS, que deve ser surdo para atuar como modelo de língua e identidade na relação com as crianças surdas. Diante desta organização pedagógica, onde os surdos convivem em sala de aula, apenas com outros surdos, foi questionado se não seriam essas turmas modelos de classes especiais. A Professora Nelma Pintor, coordenadora da Equipe de Educação Especial da FME, justificou da seguinte maneira: Se falarmos de sala como apenas um espaço físico, se estiver se delimitando as quatro paredes, poderia ser denominada uma classe especial porque os alunos que estão lá são todos surdos. Só que nossa concepção de sala de aprendizagem é muito mais ampla do que as quatro paredes. A gente acredita na escola como espaço de aprendizagem. [...] Eles estão só entre surdos na primeira etapa porque ainda precisam amadurecer sua língua e cultura. [...] Essa é uma maturidade linguística que eles vão adquirindo ao longo do tempo de convívio com outros surdos. [...]

Com base na fala da professora Nelma, colhida por meio de entrevista semiestruturada, percebe-se que existe uma preocupação em garantir aos alunos surdos o convívio com a língua e cultura surda, assim como a possibilidade de se constituírem e se reconhecerem como indivíduos surdos que possuem uma língua natural e uma cultura.

Ainda assim, permanece o questionamento: Por que a denominação turmas bilíngues e não classes especiais para surdos? A diretora Carmem esclarece essa indagação: - Preferimos chamar de turmas bilíngues para desvincular de um modelo de classe especial evidenciado pelo movimento de integração. Na integração as escolas aceitavam os alunos com deficiência, mas segregava-os em classes especiais com o objetivo de prepará-los para serem incluídos em turmas regulares. A escola vem se estruturando para incluir os alunos surdos desde a sua inauguração e essa inclusão vem acontecendo de forma muito positiva. Nós oferecemos oficinas de LIBRAS para os alunos, professores, funcionários, familiares dos surdos e estamos constantemente promovendo o contato e a valorização dos ouvintes com a cultura surda na escola. [...] O que caracteriza, principalmente, essas turmas é o fato de serem utilizadas duas línguas (LIBRAS e português escrito), então,

preferimos chamar de turmas bilíngues. Aqui na escola, não são os alunos com deficiência que se adaptam ao sistema, mas sim buscamos uma construção coletiva, onde os esforços acontecem em todas as direções e de acordo com as potencialidades e possibilidades de cada um. Temos a consciência de que não acontece tudo perfeitamente, mas estamos sempre buscando melhorar.

Portanto, na fala da diretora Carmem percebe-se preocupação em não vincular as turmas bilíngues a uma proposta segregadora. Mas é possível afirmar que as turmas bilíngues são classes especiais de alunos surdos, porém sob a perspectiva do respeito à diversidade.

Mas se existem investimentos intensos para que a comunidade escolar conheça a língua dos alunos surdos, por que esses alunos não estão incluídos em turmas regulares com a presença de intérpretes?

A respeito dessa indagação, as professoras da sala de recursos esclarecem que alguns alunos surdos chegam à escola sem nenhum conhecimento de Libras, e mesmo aqueles que chegam com domínio, ainda estão em fase de aquisição, necessitando de convívio com outros usuários naturais para que haja uma manutenção natural e significativa.

Assim, se alunos surdos forem inseridos em uma turma em que a maioria é ouvinte, a língua de instrução dessa turma será o português, e não a LIBRAS. Portanto, as estratégias de ensino serão pensadas com base na língua da maioria. Outro fator importante a ser destacado é que crianças na faixa etária de primeira etapa de ensino fundamental ainda não têm amadurecimento em sua língua e não reconhecem a função do intérprete a ponto de se beneficiarem de sua presença. Dessa maneira, se os alunos surdos forem inseridos em turmas de ouvintes com intérprete, não aproveitarão este recurso e as informações lhes chegarão parcialmente. De acordo com Quadros (apud FERNANDES, 2008, p. 34):

No caso dos surdos, há uma identificação de uma 'cultura e identidade surdas'. Essa cultura é multifacetada, mas apresenta características que são específicas, ela se traduz de forma visual. As formas de organizar o pensamento e a linguagem transcendem as formas ouvintes. Elas são de outra ordem, uma ordem com base visual e por isso têm características que podem ser ininteligíveis aos ouvintes.

Assim, pode-se pensar que aulas planejadas e estruturadas para promover a construção de conhecimentos por indivíduos ouvintes devam se organizar de maneira diferente às aulas pensadas para indivíduos surdos. Se alunos surdos e ouvintes organizam o pensamento de maneiras diferentes, como podem se beneficiar democraticamente de uma mesma proposta?

Dessa maneira, a referida organização é questionada neste estudo. Porém, chegando à conclusão que, com base nas necessidades linguísticas e culturais e na necessidade de um planejamento e desenvolvimento de aulas visuais específicas que possibilitem construções cognitivas significativas para os alunos surdos, esta se configura como uma opção possível de garantia de manutenção da língua e cultura entre os alunos surdos.

No entanto, mesmo estando matriculados em turmas bilíngues somente para alunos surdos, há preocupação da escola em promover a inclusão e interação espontânea no ambiente escolar entre alunos surdos e ouvintes. Por meio de oficinas de Libras, atividades pedagógicas, divulgação da cultura surda no ambiente escolar, adaptações físicas como sinais luminosos e esquemas visuais, além de outras ações, a escola assegura a divulgação da cultura surda e possibilita a comunicação entre indivíduos surdos e ouvintes.

Durante as observações no cotidiano escolar foi possível verificar alunos surdos e ouvintes interagindo espontaneamente em horários de recreio, atividades extraclasse e momentos de descontração no pátio. Um quantitativo significativo de alunos surdos e ouvintes se comunica sem intermediação. Além disso, os alunos surdos não causam estranhamento à realidade escolar e sua língua e cultura são conhecidas e respeitadas pela comunidade escolar.

Mesmo considerando que as relações se estabelecem de forma espontânea e sem estranhamento, sabe-se que a escola é uma instância social. Há manifestação de atitudes regressivas à inclusão por parte de alguns alunos que refletem os estereótipos construídos culturalmente. Estas manifestações puderam ser observadas no uso de expressões para se referirem aos alunos surdos como: “mudinhos” e “maluquinhos”, além de reações frente à diversidade como risos e brincadeiras inadequadas. Embora pouco frequentes, as atitudes dos alunos revelam a necessidade de atuação dos profissionais para a possibilidade de combater atitudes preconceituosas no ambiente escolar e nas demais instâncias sociais.

Por outro lado, verificou-se que alunos surdos demonstram mais resistência ao contato com ouvintes do que o contrário. Essa postura é decorrente da maioria dos alunos surdos serem egressos de escolas especiais, onde conviveram somente com outros surdos. Assim, não acumularam experiência da convivência com as diferenças humanas. No entanto, verificou-se nos relatos dos profissionais, que essa resistência inicial por parte dos surdos, logo se dilui na medida em que se intensificam as oportunidades de convivência na escola.

Observou-se, então, que a resistência dos alunos surdos configura-se como uma reação de defesa ao medo que sentem de serem alvo de preconceito de alunos ouvintes. E que esse medo deixa de existir quando é possibilitada convivência, dando lugar a interações sociais positivas. Evidenciou-se, portanto, a importância de se promover a integração entre alunos surdos e ouvintes para que ambos desconstruam estereótipos produzidos culturalmente no sentido de tornarem-se aptos a viverem experiências democráticas.

Foi possível identificar a centralidade que a língua e cultura da comunidade surda assumem na inclusão de alunos surdos em uma perspectiva bilíngue/bicultural. Mesmo com o fato de alunos surdos chegarem à escola sem nenhum ou pouco contato anterior com a comunidade surda, sua língua e cultura, a escola assumiu uma postura político-pedagógica propositiva, no sentido de promover esse contato como condição necessária para o desenvolvimento dos alunos surdos e ouvintes.

## Resultados

Durante a elaboração deste estudo, questões puderam ser refletidas e compreendidas sobre a inclusão de alunos surdos sob a perspectiva bilíngue/bicultural. No pensar sobre as possibilidades da educação democrática para indivíduos surdos, foi possível entender a Escola Municipal Paulo Freire/Niterói como escola pública, na qual os profissionais envolvidos buscam a ressignificação do contexto e da estrutura escolar em diálogo com a comunidade surda e com respeito às suas singularidades linguísticas e culturais.

Assim, em consonância com os objetivos e questões propostas sob a perspectiva do referencial teórico que fundamentou este estudo, suas considerações finais são as que se seguem:

- No que se refere à caracterização da Escola Municipal Paulo Freire conclui-se que o espaço-físico, a presença de profissionais comprometidos com uma educação inclusiva, a participação de surdos adultos no contexto escolar e a organização pedagógica para atender a alunos com deficiência se constitui em ambiente fértil para a efetivação de uma educação democrática.
- Quanto ao direcionamento político-filosófico, foi possível perceber que existe preocupação em atender às demandas relativas à língua e cultura da comunidade surda.
- Constatou-se, também, que a frequente preocupação da escola em promover e viabilizar a formação dos profissionais se origina da escassez de oferta de profissionais habilitados para o ensino de alunos surdos, o que se configurou como um desafio para a escola estudada desde sua inauguração.
- Outro aspecto apresentado foi a falta do domínio de Libras e pouca participação dos pais no processo escolar de seus filhos surdos. Constatou-se, que ainda não foram implementadas pela escola, ações efetivas que pudessem refletir e modificar essa realidade.
- Do ponto de vista pedagógico foi verificado que a organização da escola em turmas inclusivas, salas de recursos, projeto de múltiplas deficiências, professores de apoio, turmas bilíngues, intérpretes, agentes educacionais surdos e ouvintes, evidencia a implementação de propostas pedagógicas em respeito às singularidades dos indivíduos que a constituem.
- Na oferta de diversas possibilidades de atendimento aos alunos com deficiência, constatou-se a existência de uma organização ambígua quanto à educação dos alunos surdos. Na escola estudada, embora a maioria dos alunos com deficiência esteja incluída em turmas regulares, percebeu-se que os alunos surdos estão em turmas especiais (denominadas turmas bilíngues), onde a convivência em sala de aula acontece apenas entre alunos surdos. Essa organização foi questionada neste estudo. Porém, chegando à conclusão que com base nas necessidades linguísticas e culturais, essa se configura como uma opção possível de garantia de manutenção da língua e da cultura entre os surdos, uma vez que esses se encontram impossibilitados de seu contato em seu meio social fora da escola.

- No entanto, mesmo estando matriculados em turmas bilíngues somente para surdos, há a preocupação dos profissionais da escola em promover a inclusão e interação espontânea no ambiente escolar. Por meio de diversas atividades pedagógicas, divulgação da cultura surda no ambiente escolar, adaptações físicas como sinais luminosos e esquemas visuais, além de outras ações, a escola assegura a divulgação da cultura surda e possibilita a comunicação entre indivíduos surdos e ouvintes.
- Durante as observações no cotidiano escolar foi possível verificar alunos surdos e ouvintes interagindo espontaneamente em horários de recreio, atividades extraclasse e momentos de descontração no pátio. Além disso, os alunos surdos não causam estranhamento à realidade escolar e sua língua e cultura são conhecidas e respeitadas.
- Mesmo considerando que as relações se estabelecem de forma espontânea e, na maioria das vezes, sem estranhamento, sabe-se que a escola é uma instância social. Há manifestação de atitudes regressivas à inclusão por parte de alguns alunos que refletem os estereótipos construídos culturalmente.
- Por outro lado, verificou-se que os alunos surdos demonstram mais resistência ao contato com ouvintes do que o contrário. Essa postura é decorrente da maioria dos alunos surdos serem egressos de escolas especiais, onde não acumularam experiência da convivência com as diferenças humanas. No cotidiano escolar os alunos ouvintes demonstram certo “encantamento” com a cultura surda. Enquanto alguns alunos surdos se percebem como o centro das atenções, sentindo-se incomodados e impacientes com tal situação.
- Durante o estudo foi possível compreender que para os surdos, os indivíduos ouvintes representam o não idêntico a eles e por não conhecerem a sua língua e cultura, essas se apresentam como ameaça para os surdos. De acordo com o pensamento de Crochík, o preconceito se remete à dominação e à proposta de eliminação do desconhecido como meio de se manter o que é conhecido. Assim, os ouvintes são “desvalorizados” pelos surdos como alternativa de contraposição ao sacrifício que passaram/passam para se constituírem.

- No entanto, verificou-se nos relatos dos profissionais, sujeitos deste estudo, que essa resistência inicial por parte dos surdos, logo se dilui na medida em que se intensificam as oportunidades de convivência na escola. Conclui-se, então, que a resistência dos alunos surdos configura-se como uma reação de defesa ao medo que sentem de serem alvo de preconceito. E que esse medo deixa de existir quando com a convivência, dando lugar a interações sociais positivas.
- Foi possível identificar a centralidade que a língua e cultura da comunidade surda assumem na inclusão de alunos surdos em uma perspectiva bilíngue/bicultural.
- Por fim, este estudo revelou que uma educação inclusiva para alunos surdos deve se fundamentar em uma filosofia bilíngue/bicultural que considere e possibilite construções e reconstruções significativas no que se refere à língua, cultura e identidade dos indivíduos surdos. Assim, como a oportunidade de relações democráticas entre indivíduos surdos e ouvintes.

Durante o desenvolvimento deste estudo, considerou-se importante afirmar que para incluir alunos surdos em escolas regulares não é o bastante que sejam matriculados na escola. Mas, que se criem estratégias e alternativas que viabilizem as construções cognitivas por meio de uma cultura visual, assim como a difusão da Libras nos ambientes escolares, como também a participação de surdos adultos nas discussões sobre currículo, avaliação e estruturação da escola no sentido amplo.

## Conclusões

Por fim, este estudo revelou que a educação inclusiva para alunos surdos deve se fundamentar em uma filosofia bilíngue/bicultural que considere e possibilite construções significativas no que se refere à língua, cultura e identidade dos indivíduos surdos, na reestruturação dos espaços, conceitos, metodologias e estratégias escolares. Assim, como a oportunidade de relações democráticas entre indivíduos surdos e ouvintes.

Durante o estudo observou-se que para incluir alunos surdos em escolas regulares é importante que se criem estratégias e alternativas que viabilizem as construções cognitivas por meio de

uma cultura visual, assim como a difusão da Libras nos ambientes escolares, como também a participação de surdos adultos nas discussões sobre currículo, avaliação e estruturação da escola no sentido amplo.

Atualmente, apesar das políticas públicas de educação preconizarem a inclusão a ser adotada nacionalmente, sabe-se que as condições oferecidas pelos sistemas educacionais ainda são precárias na efetivação da educação inclusiva e bilíngue para alunos surdos. Os documentos oficiais determinam que as escolas se estruturarem para atender à diversidade dos alunos. No entanto, ainda não se verificam os meios efetivos na viabilização dessas diretrizes no que se refere ao provimento de materiais, recursos, adequações físicas e de formação de profissionais.

Apesar dos entraves postos pelo sistema educacional e social do qual a escola é partícipe, verificou-se que a Escola Municipal Paulo Freire/Niterói, junto à Fundação Municipal de Educação de Niterói/FME, vem atuando na perspectiva da educação democrática para alunos surdos.

Dessa maneira, as reflexões empreendidas ao longo deste estudo contribuíram não somente para pensar as possibilidades de democratização da escola pública para alunos surdos, mas também como exercício de autorreflexão pessoal e profissional. Hoje, ao final deste estudo, considero-me um ser humano privilegiado no sentido de ter-me permitido viver essa valiosa experiência, pois de acordo com Becker (In: Adorno, 2006, p.151) "Antes de tudo a educação para a experiência é idêntica a educação para a imaginação". E de acordo com Adorno (2006, p. 151) "A educação para a experiência é idêntica à educação para a emancipação".

Em prol de uma educação para emancipação, com base na teoria crítica, à luz dos pensamentos de Adorno e seus comentadores como Crochík e Costa, foi possível refletir sobre a democratização da escola pública inclusiva para alunos surdos na intenção de contribuir para a organização de uma sociedade mais humana. Também colaborou para este estudo o pensamento de autores como Skliar, Fernandez e Quadros, entre outros, que fundamentam a educação de surdos sob a perspectiva do bilinguismo como opção político-filosófica que respeita as singularidades linguísticas e culturais de indivíduos surdos.

Como afirmado por Costa (2005, p. 47) "A educação na sociedade contemporânea vem se reproduzindo com base em modelos

que visam predominantemente à adaptação não se voltando à auto-reflexão crítica para a emancipação do indivíduo”. Se considerarmos que alunos surdos estão na escola para humanização e viver em sociedade, preocupa-nos contribuir para que a escola contemporânea contemple a educação emancipadora.

Nesse sentido, Costa (2006, p. 57) tem apoio no pensamento de Adorno ao afirmar que “Uma educação para emancipação seria uma educação para a contradição e resistência, ou seja, uma educação política, que, com base na reflexão, contraponha-se, expondo as contradições de caráter regressivo, à educação especial na busca de sua superação”. Portanto, no intuito de superar as estruturas segregadoras, foi pensado em uma educação que pressuponha o exercício constante da crítica, do esclarecimento e da emancipação.

Portanto, tem-se esperança que este estudo possa contribuir para a educação democrática, que segundo Costa (2006, p. 62) caracteriza-se por:

Uma educação emancipadora capaz de combater o preconceito na escola, por intermédio de um projeto que contemple e acolha a diversidade humana e as diferenças cognitivas, sensoriais e físicas dos alunos, não as transformando em desigualdade.

E no caso de alunos surdos, essa educação democrática configura-se ainda, de acordo com Quadros (2008), em criar um ambiente linguístico apropriado às maneiras peculiares de processamento cognitivo e linguístico das crianças surdas. Além de assegurar o desenvolvimento socioemocional íntegro com base na identificação com adultos surdos, oportunizando o acesso à informação curricular e cultural, possibilitando aos alunos surdos construir uma concepção de mundo e participarem conscientemente do contexto social.

Assim, tem-se a esperança que este estudo tenha contribuído no entendimento de como vem ocorrendo o processo de inclusão de alunos surdos numa determinada escola pública. Como também admitir as possibilidades de democratização da escola pública na educação de alunos surdos ao considerar as questões relativas à língua, identidade e cultura surda, na superação da alienação no processo educacional de alunos surdos e na busca pela educação democrática.

## Deaf students' bilingual education: inclusive experiences at Paulo Freire Municipal School/Niterói

**Abstract:** this study was made at Paulo Freire Municipal School from Municipal Education Foundation, Niterói/RJ, aiming at its bilingual/bicultural education project for deaf students. To accomplish that, the following aims were defined: To describe the Bilingual Deaf Education Project at Paulo Freire Municipal School concerning the political and philosophical conceptions; the pedagogical organization; the relationships established in the inclusion process and the challenges faced by professionals; the central role of Brazilian Sign Language/LIBRAS in the deaf students' knowledge construction and the communication between deaf and hearing individuals. The critical theory was adopted as theoretical-methodological support with emphasis on Adorno's thought about the democratic aspects of education, considering school a place for reflection and criticism of the actions of cultural domination in order not to allow their reproduction. It was also taken into consideration Skliar's perspective of deaf students' education that respects the singularities of language and culture of the deaf community, as well as bilingualism, a theoretical-methodological choice aimed at the demands of deaf students and their development based on Portuguese and Brazilian Sign Language. As for the material and procedures for data collection, there were document analysis, questionnaires, as well as a semi-structured, and documents that support the project studied were analyzed, such as Letter of Intent from the school, initial and Bilingual Education project for deaf students, later project expanded and the document containing a summary description of the responsibilities of a bilingual education agent. The results revealed the challenges faced by the school's staff and the achievements concerning democratic and inclusive education for deaf students, respecting their singularities regarding language, identity and culture, which are fundamental in their upbringing.

**Key-Words:** Bilingual education; Deaf students; Scholar inclusion.

## Referências

- ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Brasília, DF, 2008. Disponível em: < [www.mec.gov.br/seesp](http://www.mec.gov.br/seesp) >. Acesso em: 20 maio 2009.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial. Secretaria de Educação Especial, Brasília: Ministério da Educação, 1994.
- CHAVES, I. M. A. B.; COSTA, V. A. ; CARNEIRO, W. (Org.) *Políticas públicas de educação: pesquisas em confluência*. Niterói: Intertexto, 2009.
- CORDE. Declaração de Salamanca e suas linhas de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, DF, 1994. Disponível em: < [www.mec.seesp.gov.br](http://www.mec.seesp.gov.br) > ; < [www.sedh.gov.br](http://www.sedh.gov.br) >. Acesso em: 20 maio 2009.

- COSTA, V. A. da. Formação de professores: narrativas e experiências instituintes na e para a escola inclusiva. *Cadernos de Ensaios e Pesquisas, Pedagogia*, Niterói, - Edição Especial, n. 11, p. 23-43, 2006.
- COSTA, V. A. da. *Formação e teoria crítica da Escola de Frankfurt: trabalho, educação, indivíduo com deficiência*. Niterói: EdUFF, 2005.
- ONU- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração universal dos direitos humanos. 1948. Disponível em: [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm). Acesso em: Acesso em: 20 maio 2009.
- DORZIAT, A. *O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas identidade/diferença, currículo e inclusão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- FELIPE, T. A. Políticas públicas para a inserção de LIBRAS na educação de surdos. Espaço - Informativo técnico científico do INES, Rio de Janeiro, n. 25, 2006.
- FERNANDES, E. (Org.). *Surdez e bilingüismo*. Porto Alegre: Mediação, 2008.
- GLAT, R. (Org.). *Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- QUADROS, R. M. de. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- QUADROS, R. M. de. ; SCHMIDT, M. L. P. *Idéias para ensinar português para alunos surdos*. Secretaria de Educação Especial, Brasília: Ministério da Educação, 2005.
- SKLIAR, C. *Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial*. Porto Alegre: Mediação, 2006.
- SKLIAR, C. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- THOMA, A. S.; LOPES, M. C. A. *A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2005.

---

Recebido: 06/03/2014. Aprovado: 10/03/2014